

Teoria e Prática

A dificuldade da economia é que nem sempre a prática confirma a teoria. O Plano de Estabilização Econômica e as reformas estruturais aplicadas para sanear as finanças públicas, derrubar a inflação e empurrar o Brasil para a eficiência, a modernização e a concorrência da economia de mercado, enfrentam obstáculos inesperados, embora previsíveis.

A administração da economia no dia a dia costuma negar a visão estratégica dos gabinetes oficiais, ou das salas de planejamento e gerenciamento do setor privado. É preciso a determinação da mudança. Mas ninguém pode ignorar que não se muda em sete meses um país acostumado a 25 anos de indexação, e há dez anos com taxa de inflação superior a 100% ao ano. Acreditar nisso é um grande erro.

Tomê-se o exemplo da reforma da política industrial e do comércio exterior. Seu objetivo é forçar as empresas brasileiras a comparar custos e a abdicar da prática de preços cartelizados, mediante a concorrência para baixar os preços internos, de modo a enfrentar os produtos importados, que ficariam mais acessíveis com a supressão da burocracia e a redução dos impostos de importação. Na teoria, o consumidor seria beneficiado, com o produto de melhor qualidade importado a preço acessível, ou com a redução do preço do produto *made in Brazil*.

O problema é que as dificuldades geradas pela alta internacional do petróleo e a deterioração das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, devido ao endurecimento das posições na renegociação da dívida, estão impedindo a materialização da abertura comercial, como ponto de partida para forçar a indústria brasileira a abandonar a cartelização de preços no mercado interno.

As empresas querem importar, mas falta carta

de crédito na praça. Praticamente nenhum banco estrangeiro se dispõe a conceder cartas de crédito enquanto o Brasil não acertar a forma de pagamento — ainda que parcial — dos US\$ 8 bilhões dos juros devidos aos bancos comerciais. De outra parte, os créditos disponíveis têm sido reservados preferencialmente à Petrobrás para a importação de petróleo, cujas despesas em outubro dobraram em relação ao mesmo mês de 89.

A gravidade da situação foi detectada pelo governo, que está empenhado em convencer o Comitê dos Bancos Credores, os organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial) e os governos credores, no âmbito do Clube de Paris, a fechar um acordo simbólico de pagamento de até US\$ 2,5 bilhões dos juros em atraso. Para isso, seriam utilizadas parte das reservas cambiais brasileiras e parte do crédito *stand by* de US\$ 2 bilhões a ser desembolsado pelo FMI mediante o compromisso de um acordo com os bancos comerciais.

Os números declinantes do saldo da balança comercial podem assustar. Mas não cabem as críticas contra o propalado atraso na taxa do dólar comercial. Nos últimos 60 dias, o dólar comercial valorizou quase 70%, contra uma inflação da ordem de 34%. Desde 19 de março, quando o dólar comercial foi liberado, sua valorização foi de 225% aproximadamente. Como a inflação foi de 130%, há um ganho cambial de 40%.

O problema seria até inverso: o petróleo e os demais produtos importados encareceram muito pelo aumento da taxa de câmbio. Mas, sem as facilidades de crédito, as empresas que atuam em setores cartelizados e oligopolistas têm aproveitado para impor seus preços, inviabilizando a sonhada teoria da concorrência através da liberação das importações.